

Dúvidas emergentes

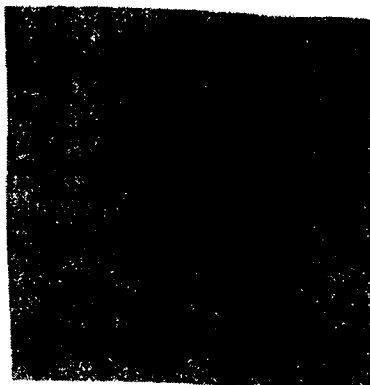
PAULO R. HADDAD

23 OUT 1995

O fantasma de uma eventual retomada do processo crônico de inflação no Brasil parece desaparecer à medida que se vão consolidando expectativas cada vez mais favoráveis para as projeções das variações gerais de preços neste final de ano e para todos os meses do próximo ano. O sucesso do Plano Real como programa de estabilização é inequívoco. Até mesmo os primeiros procedimentos para a desindexação dos preços dos bens e serviços de fatores parecem coroados de êxito. Todas as projeções pessimistas para taxas mensais de inflação mais elevadas feitas por consultores econômicos foram sendo desmanteladas pelo tempo.

E o que é mais positivo: ainda há um grande espaço para uma redução persistente no índice geral de preços, uma vez que existem muitos e muitos empresários praticando margens de lucro e de rentabilidade típicas de uma cultura inflacionária na formação de seus preços. Uma política monetária restritiva e uma política de câmbio relativamente valorizado são antídotos eficazes para controlar surtos especulativos de preços em quase todas as situações previsíveis.

Entretanto, duas dúvidas fundamentais estão emergindo neste contexto em que se celebra o sucesso da estabilização. Em primeiro lugar, está se colocando uma indagação sobre os efeitos da maneira como se sustenta a estabilização sobre as chances de se formar um novo ciclo de expansão na economia



AINDA HÁ UM GRANDE ESPAÇO
PARA UMA REDUÇÃO
PERSISTENTE NO
ÍNDICE GERAL DE PREÇOS

brasileira. Embora os juros altos em termos reais possam se atenuar ao longo dos próximos meses, por meio de um afrouxamento da política monetária, deverão manter-se ainda muito elevados para o nosso padrão histórico e para qualquer comparação internacional, por causa do lento e gradual efeito das reformas institucionais (se aprovadas em seu conjunto) sobre o equilíbrio das contas consolidadas do setor público brasileiro. O déficit operacional do governo federal está sendo atingido graças a uma intensa repressão fiscal sobre gastos públicos essenciais nas áreas de saúde pública, educação, infraestrutura econômica, etc. Os Estados que mal começaram a reestruturar as suas finanças estão recebendo das autoridades federais prazos maiores para

quitar suas dívidas, o que significa injetar veneno no desequilíbrio estrutural de suas contas futuras. E a proposta da reforma tributária apresentada ao Congresso Nacional é tímida demais como um instrumento essencial para induzir a inadiável reforma do Estado.

Neste sentido, quanto mais lenta for a colheita dos frutos das reformas institucionais, mais prolongada e persistente se tornará a política de juros intumescidos e mais difícil será a tomada de decisões sobre novos investimentos em escala compatível com a formação de um novo ciclo de expansão no Brasil.

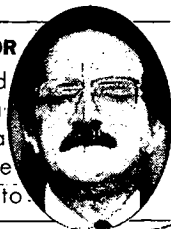
A segunda grande dúvida se refere aos efeitos distributivos da estabilização ao longo do tempo. Não resta a menor dúvida que o tranco na inflação eliminou as transferências de ren-

da que incidiam sobre os grupos mais pobres da população que lidavam, no seu cotidiano, com a moeda não indexada; da mesma forma, a continuidade da estabilidade dos preços evita que se empobrecam os mais pobres. Mas pára-se por aí. Se não ocorrer um ciclo de expansão pós-estabilização, que gere mais emprego e mais renda como pré-condição necessária para a melhoria da distribuição de renda, se o Estado se autolimitar na concepção e na execução das políticas sociais compensatórias, se o ambiente doutrinário fortalecer posições conservadoras em termos de reformas de base redistributivas da riqueza nacional, pode se contabilizar, no mercado político a termo, tensões sociais cada vez menos controláveis e mais imprevisíveis.

O grande desafio do Plano Real ao longo dos próximos meses não é apenas consolidar a estabilização e sepultar, de vez, as expectativas inflacionárias. É preciso, também, desenhar, com criatividade política e com engenharia técnica, as bases de um novo ciclo de expansão da nossa economia que seja capaz de gerar as condições para o restabelecimento da justiça social no Brasil, sem prejuízo de uma estabilidade duradoura.

O AUTOR

Paulo R. Haddad
é economista
e ex-ministro da
Fazenda e
Planejamento



JORNAL DA TARDE